

Tesouro quer impostos

Recolhimento mais rápido dos tributos pode dar ao governo ganho de US\$ 1,5 bilhão em 94

JOCIMAR NASTARI
e RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — A redução dos prazos de apuração e recolhimento dos tributos federais poderá possibilitar um ganho, em 1994, equivalente a US\$ 1,5 bilhão (CR\$ 186 bilhões), afirmou ontem, o secretário da Receita Federal, Osiris de Azevedo Lopes Filho, em depoimento à Comissão Mista do Orçamento do Congresso. A alteração da sistemática de recolhimento dos impostos é uma das medidas de ajuste fiscal para o próximo ano em estudo no Ministério da Fazenda.

Segundo o secretário, os prazos médios de apuração dos impostos cairiam de 15 dias para uma semana. Esse período corresponde ao tempo decorrido entre a ocorrência do fato gerador do tributo (uma venda, por exemplo) e sua transformação em número de Unidade Fiscal de Referência (Ufir).

Após convertido em número de Ufirs, os impostos são recolhidos aos cofres do Tesouro em prazos que variam de dois a sete dias. Esses prazos também seriam reduzidos no próximo ano, informou o secretário. Do ganho financeiro de US\$ 1,5 bilhão, US\$ 275 milhões viriam do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O restante viria do PIS, Cofins e Contribuição sobre Lucro Líquido das Empresas.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, trabalha

com duas alternativas para o ajuste fiscal: realizá-lo no âmbito de uma revisão constitucional ou, se o Congresso decidir adiar a revisão, baixar um pacote de medidas administrativas e de medidas provisórias, que deverá possibilitar ao governo zerar o déficit operacional do setor público no ano que vem. Na segunda alternativa, o ministro deverá propor a extinção de pelo menos cinco ministérios, acabar com as transferências voluntárias de recursos para Estados e municípios, acelerar o programa de privatização e reduzir substancialmente os recursos destinados ao setor privado.



**EXTINÇÃO DE
PELO MENOS
CINCO
MINISTÉRIOS
SERÁ
PROPOSTA POR
CARDOSO**

A proposta do ministro para a revisão constitucional prevê mudança no sistema de estabilidade do servidor público, desvinculação do salário do funcionário ativo e inativo, rediscussão do monopólio da União nos setores de petróleo e comunicações, reformulação completa do sistema previdenciário, revisão do sistema de incentivos fiscais e mudança no mecanismo que vincula verbas a despesas.

Choque — O ministro precisa realizar um verdadeiro “choque fiscal” para tornar possível um acordo com o Fundo Monetário Internacional, necessário para o fechamento das negociações com os bancos credores, e para servir de sustentação ao seu plano de estabilização econômica. Esse esforço fiscal terá de reduzir o déficit público operacional (receita menos despesas) em cerca de US\$ 30 bilhões.

em menor prazo